

EDUCAÇÃO MENOR COMO CAMINHO POSSÍVEL PARA A ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA ESCOLA: POSSIBILITANDO HETEROTOPIAS

Cristina Monteggia Varela¹
Paula Regina Costa Ribeiro²
Joanalira Corpes Magalhães³

Resumo: Este artigo discute a produção de Recursos Educativos Digitais (RED) e Artefatos Culturais (AC), elaborados no âmbito de um Videocurso, enquanto estratégias de educação menor, possibilitando que se criem espaços permeados por heterotopias para o debate da educação para a sexualidade. Assumimos os AC e os RED produzidos no *contraespaço* de formação do Videocurso possibilidades de aberturas no currículo instituído das escolas, práticas de educação menor. Tais práticas possibilitam a desterritorialização de propostas curriculares que tenham viés normalizador dos sujeitos, pautados na heteronormatividade e no binarismo, fazendo, assim, das referidas práticas potencial político para o enfrentamento as violências e discriminações.

Palavras-chave: Heterotopias; Educação menor; Educação para a sexualidade; Recursos Educativos Digitais; Artefatos Culturais.

Minor education as a possible way to articulate sexuality education in school: making heterotopies possible

Abstract: This article aims to discuss the production of Digital Educational Resources (DER) and Cultural Artifacts (CA) proposed in the scope of a Videocourse, as minor education strategies, enabling students to create spaces permeated by heterotopies to promote the debate on sexuality education in the educational field. We assume that the CA and DER produced in the counter-space of Videocourse are possibilities of openings in the established curriculum of schools as practices of minor education. Such practices allowing the deterritorialization of curricular proposals which has a bias of the normalization of subjects in a heteronormative view. Thus making these practices political potential for confronting all forms of violence and discrimination.

1 Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. E-mail: crizokah@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7675-9641>

2 Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: pribeiro.furg@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7798-996X>

3 Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: joanaliramagalhaes@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9785-6854>

Keywords: Heterotopias; Minor education; Sexuality education; Digital Educational Resources; Cultural Artifacts.

CONTORNOS E CAMINHOS DO CURRÍCULO PERMEADO PELA EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE

Os embates, no âmbito da Educação, têm constantemente movimentado o panorama curricular brasileiro. Os avanços obtidos desde 1996, com os Parâmetros Curriculares Nacionais e a proposta dos Temas Transversais, que traziam, para o campo educacional, a discussão da Orientação Sexual e, posteriormente, com o Plano Nacional de Educação (2004-2014), o qual tinha, dentre suas metas, a preocupação com as discussões de gênero e de sexualidade, entre outras políticas públicas educacionais, sofreram alguns retrocessos nos últimos anos.

O novo Plano Nacional de Educação (2014 - 2024) passou por uma série de interdições. Em função disso, termos como gênero, sexualidade e orientação sexual foram retirados desse documento. Tal processo se prolongou por estados e municípios, gerando novas alterações nos Planos Estaduais e Municipais de Educação. Posteriormente, essas temáticas voltaram a sofrer interdições junto à estruturação e à aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

São movimentos como esses que, mais uma vez, reafirmam o contexto de disputa política e de embates teóricos que permeiam o espaço dos currículos brasileiros e que, neste trabalho, mobilizam-nos a pensar quais têm sido os possíveis desdobramentos nos espaços escolares no que se refere às discussões que perpassam a educação para a sexualidade. Segundo Paraíso e Caldeira:

Currículo é território político, ético e estético incontrolável que, se é usado para regular e ordenar, pode também ser território de escapes de todos os tipos, no qual se definem e constroem percursos inusitados, caminhos mais leves, trajetos grávidos de esperança a serem percorridos. (PARAÍSO; CALDEIRA, 2018, p. 14).

Nesse sentido, frente às diversas demandas que complexificam o currículo escolar, é que entendemos que a formação de profissionais da educação, no âmbito das temáticas da educação para a sexualidade, configura-se como caminho possível para adentrar nos currículos escolares, possibilitando práticas outras, as quais sejam pautadas na produção de uma educação que acolha as diferenças de corpos, de gêneros e de sexualidades.

[...] em um currículo sempre há espaço para encontros que escapam à regulação. Trabalho com a compreensão de que um currículo é um espaço de ensino e de aprendizagem incontrolável. Talvez por isso mesmo ele seja objeto de tantas cobiças, de tantos poderes. Aqui quero argumentar que há sempre possibilidade de que um currículo se abra para a novidade e que é a abertura de corpos e pensamentos que pode criar heterotopias. (PARAÍSO, 2018b, p. 08).

Acreditando na importância de se criar espaços, nos currículos escolares brasileiros, para a discussão da educação para a sexualidade, um Grupo, preocupado em fomentar discussões e estudos nesse campo, produziu o curso de formação continuada. Esse foi intitulado Videocurso e visa ao debate e ao aprofundamento de questões teóricas relacionadas aos assuntos corpos, gêneros e sexualidades, bem como, objetiva a promoção de possibilidades e de ações didático-pedagógicas para o enfrentamento das múltiplas violências e preconceitos.

Desse modo, ao longo das ofertas que foram realizadas no período de 2015 a 2019, vimos o espaço do Videocurso proporcionar aos/às cursistas e à equipe docente, elementos do que Foucault nomeou como sendo as heterotopias (2009; 2013), em oposição às utopias. Esses espaços, diferentemente das utopias, as quais são espaços ilusórios, são reais, criados dentro dos espaços que já conhecemos e nos quais circulamos, mas que têm, como característica singular, serem lugares de contestação, ou mesmo de denúncia da realidade em que vivemos. Foucault (2009; 2013), com sua proposta sobre o conceito de heterotopia, delineou alguns elementos, de modo a possibilitar, não uma ciência, mas um estudo sistemático desses espaços, uma forma de ler esses lugares e de descrevê-los. Seria esse estudo, para ele, a heterotopologia.

Para exemplificar esses outros espaços e os elementos que os compõem, Foucault (2009; 2013) apresentou muitos exemplos. Para o autor, é fundamental que se compreenda como esses outros espaços, as heterotopias, posicionam-nos diferentemente dos posicionamentos que assumimos do que ele indica como sendo os demais espaços instituídos.

Vejamos o que quero dizer. Não se vive em um espaço neutro e branco; não se vive, não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel. Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço

quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus de escada, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas. Há regiões de passagem, ruas, trens, metrô; há regiões abertas de parada transitória, cafés, cinemas, praias, hotéis, e há regiões fechadas de repouso e moradia. Ora, entre todos esses lugares que se distinguem uns dos outros, há os que são absolutamente diferentes: lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los. São como que *contraespaços*. (FOUCAULT, 2013, p. 19).

Assim, é possível acreditar que heterotopias signifiquem pensar em “lugares reais e efetivos, politicamente ressignificados, transformando os espaços instituídos em espaços outros, ressignificando-os em seu uso cotidiano enquanto lugar de origem.” (PÉREZ, 2007, p. 130). E justamente, no *contraespaço* do Videocurso, é possível se reconhecer a ressignificação política das discussões dos temas da educação para a sexualidade, visando à possibilidade de produção de práticas educativas nos currículos escolares, as quais busquem fugir da visão binária da constituição dos gêneros e das sexualidades, entendendo a transitoriedade das identidades dos sujeitos. Isso, por sua vez, pode promover a desconstrução de normas e de padrões baseados na heteronormatividade.

Portanto, o espaço de formação proposto e vivenciado pelos/as cursistas, no âmbito do Videocurso, possibilita não apenas o estudo e a aproximação com os assuntos da educação para a sexualidade, como também pode, a partir dos elementos das heterotopias⁴, fazer multiplicar experiências e vivências da educação para a sexualidade no âmbito da escola, criando aberturas no currículo escolar que tem se delineado nos últimos anos, no Brasil, a partir do crescente cerceamento das discussões de gênero e de sexualidade nas políticas de fomento à Educação.

Ao assumirmos o caráter de disputa política que permeia o campo educacional, tanto em torno das políticas públicas quanto em relação ao âmbito curricular, compreendemos que criar espaços possíveis, ao debate e à discussão da educação para a sexualidade, pode representar fazer resistência. Trata-se de uma educação preocupada em problematizar a construção dos corpos, dos

⁴Para Foucault (2009; 2013), existem alguns elementos que podemos observar a respeito das heterotopias: esses espaços estão presentes em todas as sociedades, podendo sumir ao longo do tempo ou mesmo serem transformados, tais espaços têm a capacidade de justapor muitos espaços num mesmo lugar, estão ligados a recortes ou a acúmulos de tempo e possuem um sistema de abertura e fechamento.

gêneros e das sexualidades sob o viés histórico, social e cultural, um ensino que acione questões como os desejos e os prazeres, problematizando o binarismo de gênero e a produção da heterossexualidade compulsória. Isso implica fazer resistência aos currículos que tentam normatizar os sujeitos.

O Videocurso surgiu, inicialmente, em 2015, como uma proposta de formação para profissionais da educação. Foi pensando totalmente na modalidade online, tendo em vista a falta de tempo e não liberação desses/as profissionais de seus espaços de trabalho, atrelado ao corte de verbas e a outros incentivos destinados a ofertas de cursos presenciais e semipresenciais.

O Videocurso 1, está organizado em onze videoaulas, quatro fóruns de discussão e uma webconferência. As videoaulas abordam temas como: educação para a sexualidade, diversidade, diferença e identidade, identidades sexuais e de gênero, violência de gênero, corpos, *sexting* e AIDS, bem como artefatos culturais, PPP e currículo.

Em 2017, foi oferecida a segunda etapa do curso, intitulada Videocurso 2. Nessa etapa, foram ofertadas 10 videoaulas com temáticas, como abuso sexual, religião e sexualidade, infâncias e juventudes, feminismos, masculinidades, gênero e ciência, saúde, práticas corporais, famílias. Além das videoaulas, durante esse ano, foram organizados quatro fóruns de discussão e uma webconferência.

Em cada uma das ofertas do curso (Videocurso 1 e 2), foi solicitado ao/à cursista que desenvolvesse um trabalho final no qual articulasse as discussões e as temáticas abordadas ao longo da formação. No Videocurso 1, solicitou-se a produção de um Recurso Educativo Digital (RED), ou seja, a elaboração de um recurso didático-pedagógico totalmente digital, que abordasse alguma questão relativa aos corpos, aos gêneros e à sexualidade, o qual pudesse ser empregado como meio de formação ou de divulgação dessas questões no âmbito educacional.

Por meio dessa atividade, os/as cursistas foram estimulados/as a produzirem jogos, histórias em quadrinho, vídeos, apresentações de slides, entre outros recursos, que fossem produzidos digitalmente, utilizando programas, sites e aplicativos de celular ou de computador. O intuito de tal produção é que pudesse ser acionada para mobilizar formações e debates sobre as temáticas citadas, tanto entre os profissionais da educação, como também entre crianças, adolescentes e adultos.

Já no Videocurso 2, foi solicitada a produção de um Artefato Cultural (AC), contudo, dessa vez, não existindo a necessidade de ser um material somente por meio digital, mas que, necessariamente, contivesse, em seu objetivo, uma proposta lúdica, constituindo-se como um recurso didático-pedagógico mobilizador das discussões das temáticas abordadas no Videocurso. Isso foi solicitado com o intuito de que os/as cursistas desenvolvessem materiais que pudessem ser acionados em seus espaços de atuação profissional, bem como em projetos e em atividades junto a crianças e adolescentes sobre os assuntos que permeiam as discussões da educação para a sexualidade.

Assumimos, dessa forma, como objetivo nesse artigo, discutir a produção dos Recursos Educativos Digitais (RED) e dos Artefatos Culturais (AC), propostos no âmbito do Videocurso, enquanto estratégias de educação menor, possibilitando que os/as cursistas criassem espaços permeados por heterotopias, para a promoção e o debate da educação para a sexualidade, nos diferentes espaços educativos.

A partir da compreensão do Videocurso ser um espaço permeado por elementos das heterotopias, que tem o intuito de fazer multiplicar as discussões da educação para a sexualidade no campo da educação, a partir da formação de profissionais da educação, é possível entender que os RED e os AC produzidos, pelos/as cursistas, configuram-se como ramificações das discussões presentes no Videocurso, aquilo que Silvio Gallo conceitua como sendo práticas de educação menor.

Na concepção desse autor, “Gosto de chamar de educação menor esse jogo de ‘suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapam ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos’, citando novamente a entrevista de Deleuze” (GALLO, 2015, p. 84). A proposta do autor é feita a partir do deslocamento de um conceito cunhado por Deleuze e Guattari para o campo da educação.

É, desse modo, a partir da experiência vivenciada ao longo das ofertas do Videocurso que foi possível se perceber, nesse espaço de formação, a criação de possibilidades para o debate da educação para a sexualidade. Se são as heterotopias, “multiplicidades, na medida em que justapõem, num único lugar, vários espaços distintos, podemos pensar na possibilidade de criação de heterotopias no tópico, isto é, a criação de espaços outros de relações instituintes e criativas, no espaço instituído (tópico)” (GALLO, 2013b, p. 10).

Tudo isso nos instiga a pensar que, a partir de seus elementos, em meio à justaposição de telas, trocas e de aprendizagens, nos espaços do Videocurso, multiplicamos as possibilidades heterotópicas também. Isso se dá na vivência de outros espaços-tempo nos currículos instituídos das escolas, as quais são habitadas pelos/as cursistas que dialogam no Videocurso.

Se o topos da escola moderna é aquele do poder assimétrico, da normalização dos corpos pela disciplina e da planificação social pela biopolítica, ousar a justaposição de espaços outros, de um poder simétrico exercido como jogo, de relações experimentais e libertárias, em que ensinar e aprender sejam aventuras do pensamento (GALLO, 2013b, p. 10).

São, então, essas experiências, apresentadas pelos/as cursistas, por meio de sua participação no Videocurso, que nos mobilizam a pensar que, da mesma forma como vemos, no espaço do Videocurso, os elementos das heterotopias, podemos ver esse mesmo jogo de relações de poder ser acionado a partir de práticas pedagógicas, como as pensadas pelos/as cursistas nos materiais produzidos dentro das propostas do RED e do AC nos Videocursos 1 e 2. Tais atividades, por sua vez, podem ser entendidas como práticas de educação menor.

APROXIMAÇÕES ENTRE HETEROTOPIA E EDUCAÇÃO MENOR

Destaco que para uma escola mais plural, o currículo tem que possibilitar borrar as fronteiras das certezas e da estabilidade. A escola tem que enxergar o que realmente se apresenta nela, enxergar as diferentes formações familiares, dar voz a tod@s (FÓRUM VIDEOCURSO 1, 2016).

A postagem anterior, retirada de um fórum de discussão, possibilita-nos pensar sobre o potencial que perpassa o currículo. É a partir dele que muitos/as dos/as cursistas indicam como espaço para borrar as fronteiras dos conhecimentos pautados no disciplinamento e normalização dos sujeitos, para se possibilitar outras práticas, outras propostas. Nesse sentido, compreendemos que essas possibilidades precisam ser cavadas dentro do próprio currículo já instituído das escolas. Isso deve ser feito a fim de que haja potência de criação e seja resistência, seja um espaço de heterotopia dentro dos espaços instituídos.

Na lógica da heterotopia, trata-se de não criar modelos novos, mas simplesmente formas outras de fazer e viver, no contexto mesmo daquele modelo instituído. Transformar o modelo micropoliticamente (microfísicamente, diria Foucault). Não uma crise de paradigmas e uma revolução paradigmática, mas transformações sintagnmáticas, que processam novas conjunções e transformam o instituído de dentro, lentamente, sem criar um novo modelo, sem tê-lo predefinido. Experiência e invenção passam a ser as palavras-chave. (GALLO, 2015, p. 86).

Logo, da mesma forma como é possível se notar, no *contraespaço* do Videocurso, a constituição deste na formação das temáticas da educação para a sexualidade, que se propõe a abrir espaço à discussão de temas como as múltiplas configurações familiares, a constituição das masculinidades e feminilidades para além da binaridade. Trata-se de outras práticas de vivência das sexualidades, as diferentes práticas de constituição dos corpos, entre outros temas, na perspectiva da heterotopia, de modo a abrir espaço para a experimentação e invenção.

Todo esse processo de cavar possibilidades outras no currículo instituído nos permite visualizar, dentro do espaço do Videocurso, com base nos muitos trabalhos produzidos pelos/as cursistas, brechas para a discussão da educação para a sexualidade. São propostas de atividades pensadas para fazer vazar a vida que perpassa o currículo, pois um “currículo é, por natureza, rizomático, porque é território de proliferação de sentidos que mudam a natureza. Apesar de todos os poderes que fazem o controle em um currículo, tudo vaza e escapa” (PARAÍSO, 2018a, p. 41). É cavar no espaço da escola diálogos e práticas que fujam à norma, que abram espaço para a proliferação da diferença.

Ao longo de cada uma das ofertas do Videocurso, é possível se entrar em contato com muitas experiências e vivências narradas pelos/as cursistas, as quais, no espaço de discussão desse artigo e da pesquisa do qual ele faz parte, instigam-nos a analisar a produção dos trabalhos finais dos/as cursistas, de modo a reconhecer, neles, vestígios da proliferação dos elementos das heterotopias em práticas de educação menor nos currículos.

O conceito de educação menor foi desenvolvido por Silvio Gallo, a partir das teorizações de Gilles Deleuze e Felix Guattari a respeito do conceito de literatura menor, para nomear a essas práticas que podem permear o espaço da escola, permitindo a criação de outros espaços e de outras vivências no

próprio espaço instituído da escola. De acordo com Deleuze e Guattari, ao misturar elementos do tcheco e iídiche à língua alemã, Kafka tenciona sua literatura, cria rupturas, transforma a língua alemã numa língua de experimentações (GALLO, 2013a; 2013b). Para os filósofos, uma literatura menor poderia ser analisada a partir de três características: a desterritorialização da língua, a ramificação política e o valor coletivo.

Assim, a partir dessas três características propostas por Deleuze e Guattari (1975), em suas análises, Gallo propõe um deslocamento para o campo da educação, de maneira a se pensar, com base nesses três princípios, as práticas educativas que permeiam os espaços de heterotopia como uma educação menor.

Conforme o autor, a educação menor é a criação de novos caminhos, novas possibilidades dentro do próprio espaço da educação maior³, entendida como a educação instituída do currículo e das leis. Assim, é possível entender que:

Uma educação menor é um ato de revolta e de resistência. Revolta contra os fluxos instituídos, resistência às políticas impostas; sala de aula como trincheira, como a toca do rato, o buraco do cão. Sala de aula como espaço a partir do qual traçamos nossas estratégias, estabelecemos nossa militância, produzindo um presente e um futuro aquém ou para além de qualquer política educacional. Uma educação menor é um ato de singularização e de militância. (GALLO, 2013a, p. 64).

Dessa maneira, por intermédio dos elementos de heterotopia que permeiam o *contraespaço* do Videocurso, tem-se possibilitado, para os/as cursistas, criarem espaços de resistência singulares, através do desenvolvimento de projetos e de ações pautados nos aprendizados e nas trocas realizados durante o curso. Uma de nossas propostas é localizar, nos RED e AC, vestígios da “Proliferação de experiências outras, invenção de heterotopias” (GALLO, 2015, p. 86), que, aqui, pretendemos explorar na articulação entre o conceito de heterotopia e as três características da educação menor: a desterritorialização, a ramificação política e o valor coletivo.

³Segundo Gallo (2013, p. 64), a educação maior é “aquela dos planos decenais e das políticas públicas de educação, dos parâmetros e das diretrizes, aquela da constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pensada e produzida pelas cabeças bem-pensantes a serviço do poder. A educação maior é aquela instituída e que quer instituir-se, fazer-se presente, fazer-se acontecer”.

CRIANDO POSSIBILIDADES NO CURRÍCULO DAS ESCOLAS

É sabido o crescente cerceamento das discussões da educação para a sexualidade nos currículos escolares. Dessa forma, compreendemos que “[...] hoje, mais importante do que anunciar o futuro, parece ser produzir cotidianamente o presente, para possibilitar o futuro.” (GALLO, 2013a, p. 59). Assim, percebemos, no espaço do Videocurso, movimentos e articulações que têm permitido as temáticas da educação para a sexualidade permearem o âmbito educacional, produzindo, nos cotidianos dos/as cursistas, possibilidades e propostas de discussão de tais temas em seus espaços educacionais.

O que se busca é, portanto, entender os RED e os AC produzidos pelos/as cursistas, como trabalhos finais do Videocurso 1 e 2, enquanto práticas de educação menor, formas de criar espaços para a discussão da educação para a sexualidade na escola, ou seja, nesse espaço de heterotopia, como defende Foucault. Para que se possa realizar tal empreendimento, foi organizado o processo de análise desses materiais em dois momentos. Inicialmente, foi realizada uma apreciação geral de todos os trabalhos, de modo a identificar suas temáticas e a estabelecer uma relação entre eles. Isso foi realizado com o propósito de que, dessa forma, fosse possível estabelecer algumas articulações a partir dos três princípios indicados por Gallo para a educação menor: o valor coletivo, a ramificação política e a desterritorialização.

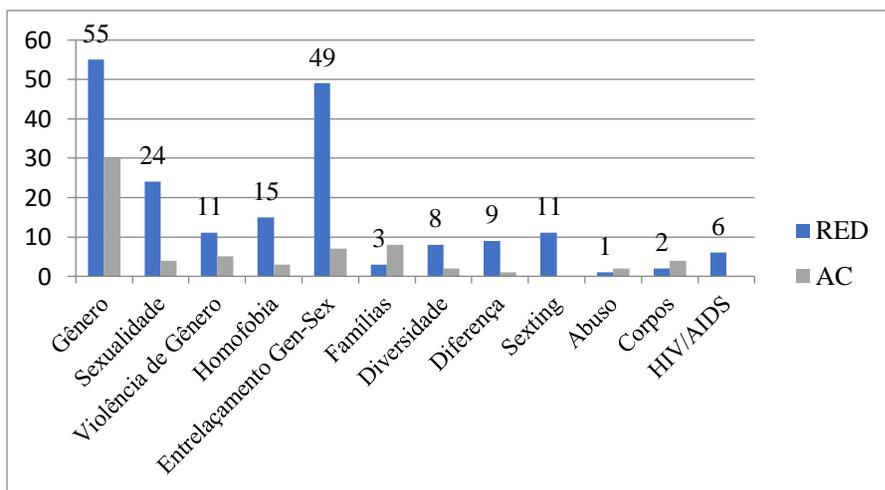
A partir do levantamento dos trabalhos submetidos para o Videocurso 1, foram identificados 194 RED⁶, isto é, trabalhos para serem analisados e organizados por temáticas. Do levantamento dos trabalhos submetidos para o Videocurso 2, foram identificados 66 AC para serem analisados e organizados com base nas temáticas que os compunham.

Como é possível observar, na figura 1, indicada abaixo, dos 194 RED e 66 AC classificados, a temática mais encontrada, entre eles, foi gênero, tendo, em seu escopo, trabalhos com diferentes recortes temáticos, como a construção das identidades de gênero, a produção das masculinidades e de feminilidades, a divisão e a organização social dos brinquedos e das brincadeiras a partir do gênero, entre outros recortes. Outra temática que se destacou foi a do entrelaçamento entre gênero e sexualidade, organizada dessa forma por

⁶Foram identificados 15 trabalhos que não foram localizados nos links de acesso; assim, dos 209 trabalhos, apenas 194 puderam ser analisados.

apresentar, nas propostas dos trabalhos, a intenção de discutir os assuntos corpos, gêneros e sexualidade de forma articulada.

Figura 1 – Gráfico das temáticas identificadas nos trabalhos finais



Fonte: Produção das autoras, 2019.

Ainda se faz interessante observar que, independente das temáticas trazidas em cada uma das etapas do Videocurso, os temas escolhidos pelos/as cursistas permaneceram semelhantes em ambas propostas de trabalhos. Pode-se destacar, apenas, a ausência de trabalhos das temáticas *sexting* e HIV/AIDS, temas de duas videoaulas da primeira etapa do Videocurso.

Outra questão a ser observada, a partir dos trabalhos de RED, submetidos nas ofertas do Videocurso 1, para os trabalhos de AC, submetidos nas ofertas do Videocurso 2, é o deslocamento do foco apresentado pela proposta do Videocurso. Os RED, em sua grande maioria, trataram das temáticas a partir de um viés muito mais preocupado em trazer conceitos para (in)formar crianças, adolescentes, adultos e, em alguns casos, especificamente, para a formação de professores/as. Diferente dos AC, em que, por se tratar de uma proposta mais lúdica, foram apresentadas muitas peças literárias. Isso pode ser visualizado nos exemplos de RED e AC indicados na figura 2.

Figura 2 - Exemplo de RED e AC



Fonte: Produção das autoras, 2019.

O RED apresentado na figura 2 se trata de um aplicativo elaborado por duas cursistas, o qual teve, como propósito, ser um recurso de apoio à prática docente em sala de aula. Ele traz, em sua interface, alguns ícones que apresentam conceitos, curiosidades e propostas de atividades a serem realizadas em sala de aula. O AC apresentado, na figura 2, trata-se de uma história em quadrinhos para problematizar a questão da discussão dos temas de gênero e sexualidade no espaço da escola. Conforme é possível ver, no quadrinho final, a ideia da história é mostrar que falar desses temas é aprender a “respeitar as diferenças, para construir uma sociedade mais justa.” (VIDEOCURSO, 2018).

Esse levantamento inicial nos instigou a olhar mais de perto esses materiais para conhecermos melhor suas propostas e discussões teóricas, entendendo-os como práticas de educação menor, pois apresentam, em suas propostas, discussões e articulações teóricas que nos permitem identificar seu valor coletivo, suas ramificações políticas e a possibilidade de desterritorialização de práticas educativas pautadas na normatização dos gêneros e das sexualidades.

Entendendo a extensão de possibilidades que representam esses materiais, propomo-nos a articular as discussões presentes nos trabalhos finais a partir das temáticas desses, destacando alguns elementos que se articulam às práticas da educação menor.

No pensamento de Silvio Gallo (2013a, p. 68):

Na educação menor todo ato adquire um valor coletivo. O educador militante, ao escolher sua atuação na escola, estará escolhendo para si e para todos aqueles com os quais irá trabalhar. Na educação menor, não há possibilidade de atos solitários, isolados; toda ação implicará muitos indivíduos. Toda singularização será, ao mesmo tempo, singularização coletiva.

É nessa perspectiva que, ao observarmos as escolhas de temáticas dos/as cursistas na produção dos RED e dos AC, foi possível se detectar o valor coletivo que permeia as práticas de educação menor. Pôde ser notado, nos temas, a multiplicação das discussões que permearam as videoaulas e as discussões dos Videocurso 1 e 2. Nesses materiais, é nítida a proliferação da educação para a sexualidade em cada um dos trabalhos desenvolvidos durante a realização do curso.

Se toda a singularização é também uma singularização coletiva, podemos observar, na construção dos trabalhos, os processos de singularização que transcorrem em meio ao *contraespaço* do Videocurso. Assim, detectaram-se, a partir dos exemplos de RED e AC apresentados na figura 3, duas propostas de trabalhos que articulam e que fazem multiplicar o valor coletivo dos trabalhos produzidos no espaço do Videocurso.

Figura 3 – Print dos vídeos de apresentação de um RED e um AC.



Fonte: Produção das autoras, 2019.

No exemplo de RED apresentado na figura 3, temos um vídeo de apresentação de uma Feira de Ciências sobre sexualidade, organizada no espaço de uma instituição de atendimento a pessoas surdas. A cursista apresenta, a partir das discussões do Videocurso 1, como foi possibilitada a realização de um trabalho junto aos/às estudantes surdos/as, tratando das questões da educação

para a sexualidade. No exemplo de AC selecionado, é apresentado um recorte de um vídeo de cursista, em que o mesmo apresenta o trabalho realizado em sua escola, a partir de um ícone inspirador escolhido pela escola, *Zootopia*: essa cidade é o bicho⁷. Segundo a narrativa do cursista, a partir do ícone, a comunidade escolar tem procurado explorar questões como o respeito às diferenças, a igualdade de gênero e o combate às múltiplas violências em ações cotidianas da sala de aula dos/as professores/as, bem como em momentos de encontros coletivos da escola.

Compreendemos, com base nos exemplos apresentados, que a “educação menor é uma aposta nas multiplicidades, que rizomaticamente se conectam e interconectam, gerando novas multiplicidades. Assim, todo ato singular se coletiviza e todo ato coletivo se singulariza.” (GALLO, 2013a, p. 69). É a partir dessas multiplicidades rizomáticas que se interconectam, como explícito nas propostas acima apresentadas, que pode ser percebido o valor coletivo que todo ato de educação menor assume.

Tratar dos temas da educação para a sexualidade, no âmbito escola, propondo-se articular essas questões junto a sujeitos surdos, que ainda carecem de materiais com tradução em libras adequada sobre esses assuntos, é fazer um ato singular assumir valor coletivo, fazendo multiplicar as discussões realizadas no espaço de formação do Videocurso a partir de práticas de educação menor no âmbito educacional.

Tais ações, como as exemplificadas na figura 3, “Acabam por ser um motor político e uma alegria subjetiva na escola, [...] incentivando as/os professoras/es a explorarem sem medo gênero e sexualidade em suas salas de aula de diferentes modos.” (PARAÍSO, 2018a, p. 26). Essa potência é esse motor que nos impulsiona a seguir, criando espaços possíveis no currículo a partir dos desdobramentos que acontecem no *contraespaço* do Videocurso. As temáticas assumidas, nos RED e AC, apresentam, em suas discussões, não apenas o valor coletivo que podem assumir, quando multiplicadas suas discussões, mas também assumem, em si, valor político, ao proporem a ramificação de temas defendidos, atualmente, como não escolares.

⁷Animação dos estúdios Disney, lançado em 2016, que conta a história de uma coelhinha do interior que queria ser policial na cidade grande, na qual as diferenças das espécies não fossem determinantes para sua vida.

De acordo com Gallo (2013a), ao considerarmos que toda a educação é em si um ato político, ao pensarmos em uma educação menor, compreendemos que seu valor político é ainda maior, por ser, em si, um movimento de resistência e de revolta. Logo, faz-se fundamental ver a relevância das discussões das questões de gênero que permeiam os RED e AC apresentados pelos/as cursistas. Como observado na figura 1, indicada anteriormente, os trabalhos gênero somam a grande maioria dos trabalhos, ainda permeando também os trabalhos das demais temáticas, como: educação para a sexualidade, violência de gênero, homofobia, sexting, famílias.

Desse modo, propor-se a elaborar materiais e práticas pedagógicas que tenham, como foco, a discussão de gênero, significa não apenas abordar a construção conceitual do campo ou as produções das feminilidades e das masculinidades, mas implica, principalmente, analisar os processos sociais que permeiam as relações entre os sujeitos e que os hierarquizam, assumindo maior valor para uns em detrimento de outros. Ao assumir o caráter político da educação menor, assumimos, igualmente, o empreendimento de discutir gênero abrindo espaço e dando visibilidade para a construção relacional das masculinidades e feminilidades.

Tais ações podem ser observadas em muitos dos RED e AC. A seguir, serão apresentados dois exemplos presentes nas figuras 4 e 5. Em ambos os exemplos, é feita a proposta de discussão das questões de gênero a partir de diferentes recortes temáticos. No exemplo presente na figura 4, a cursista elaborou um vídeo contando a história escrita junto de seus/suas alunos/as sobre como se constroem dois mundos distintos a partir das diferenças dos corpos.

Figura 4 - Print de parte da história.



Fonte: Produção das autoras, 2019.

A partir das problematizações realizadas em sala, professora e crianças criaram uma narrativa em que não apenas são questionadas as normas de gênero, na qual se vai além ao se propor um mundo igual. Isso é comprovado, ao final da história, em que fica claro que, em um mundo em que todos e todas são iguais, tal construção perde o sentido.

No exemplo presente na figura 5, tem-se a produção de um poema para o AC. Nele, a autora, propõe-se a problematizar, por meio das rimas, o debate das relações de gênero entre homens e mulheres de forma hierarquizada, focando a luta das mulheres por direito. A cursista apresenta, em seu poema, não apenas a problemática de luta do movimento feminista, como também a questão da interseccionalidade entre a questão da raça e classe social.

Figura 5 –Poema apresentado por cursista.

NUNCA SE ESQUEÇA!

Dos anos que se terminam e recomeçam,
dos ciclos que se fecham e logo abrem.
Existem lutas que são contínuas,
Existem batalhas que jamais cessam.

Eles seguem a perseguir
o que não podem parar.
A revolução é preta,
eles não vão nos calar.

O som das correntes ainda ecoa,
Para lembrar que a luta é constante.
Que o mar carrega nossa história
e que ela sempre vai recomeçar.

Nunca se esqueça,
nosso corpo é preto, nossa dor é preta.
Dos navios negreiros aos sonhos dourados.
Nenhum direito a menos.

Marielle, presentel

Fonte: Videocurso 2, 2018.

Assumir, como tema de discussão, as questões de gênero e seus múltiplos atravessamentos, conforme vemos permear as temáticas presentes nos RED e AC, é desnaturalizar o caráter assumido sobre o ser homem e o ser mulher, entendendo como historicamente, tal determinação tem produzido as relações entre ambos de forma subalternizada. Para Meyer (2003, p. 10), o “gênero continua sendo uma ferramenta conceitual, política e pedagógica central quando se pretende elaborar e implementar projetos que coloquem em xeque tanto

algumas das formas de organização social vigentes quanto as hierarquias e desigualdades delas decorrentes”.

Nesse viés, compreendemos que tratar dos temas da educação para a sexualidade, no espaço da escola, fazer com que eles se multipliquem, nos currículos, é resistir aos avanços de uma frente conservadora que tenta destituí-los de seu papel científico. Nos RED e nos AC produzidos pelos/as cursistas, é notável a ramificação política que permeia as práticas de educação menor. Assim,

Se toda educação é um ato político, no caso de uma educação menor isso é ainda mais evidente, por tratar-se de um empreendimento de revolta e de resistência. Uma educação menor evidencia a dupla face do agenciamento: agenciamento maquínico de desejo do educador militante e agenciamento coletivo de enunciação, na relação com os estudantes e com o contexto social. Esse duplo agenciamento produz possibilidades, potencializa os efeitos da militância. (GALLO, 2013b, p. 67).

Encontramos, nos RED e AC, esse agenciamento maquínico que produz o desejo e dá força para a continuidade das discussões da educação para a sexualidade seguirem permeando o espaço dos currículos escolares. São essas propostas que permeiam os trabalhos de força e de resistência, permitindo, a partir dos movimentos realizados no âmbito micropolítico, a desterritorialização dos currículos engessados, das normas e das leis da educação maior.

Ao possibilitar que as questões de gênero e de sexualidades permeiem os espaços do currículo escolar, a partir dos RED e AC, como se pode detectar, em vários dos exemplos trazidos, pode-se produzir “uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão” (FOUCAULT, 1997, p. 91). Dessa maneira, foram criados espaços de discussão para temas tão relevantes como a questão da luta do movimento feminista, da constituição dos gêneros a partir da lógica binária e normatizadora, da violência de gênero, dos múltiplos preconceitos que permeiam nossa sociedade, entre tantos outros temas, como os que perpassam os RED e AC. Isso permitiu a proliferação de focos de resistência, junto a crianças, adolescentes, homens e mulheres, os quais passaram a problematizar a constituição da sociedade sob o viés da heteronormatividade.

Na figura 6, é possível localizar, nos RED, esses pontos de resistência, movimentos realizados pelos/as cursistas trazendo músicas e materiais já conhecidos, ressignificando a discussão. Tais materiais foram empregados como formas de dar visibilidades para questões importantes, como, no caso, a violência contra a mulher, a partir da releitura da música Teresinha de Jesus.

Figura 6 – Print vídeo releitura música Teresinha de Jesus



Fonte: Produção das autoras, 2019.

Propor, nos RED, como é apresentado, na figura acima, práticas que assumam, como temática de discussão, a questão das violências de gênero, é possibilitar a problematização dos gêneros, procurando demonstrar o caráter construído no referente a posições de sujeito atribuídas a homens e a mulheres. Assim, são esses materiais, a partir das temáticas que abordam, para discussão, práticas de educação menor, que são abertos espaços outros para a discussão dos temas da educação para a sexualidade nos currículos escolares, fazendo-se resistência frente ao crescente cerceamento de tais discussões no âmbito educacional, desterritorializando o currículo instituído, impedindo que a educação maior permaneça numa constante, “Trata-se de opor resistência, trata-se de produzir diferenças.” (2013b, p. 67).

Na figura 7, podemos visualizar, por meio do exemplo apresentado, a proposta de AC propondo a articulação das discussões presentes na videoaula Gênero e Ciência, para serem trabalhadas no currículo da escola. Na figura a seguir, são apresentados recortes de imagens de um vídeo produzido por um cursista que se preocupou em abordar a discussão das mulheres na ciência para apresentar para crianças e adolescentes conhecerem nomes que, muitas vezes, ficam esquecidos nas aulas de ciências, de história e de biologia.

Figura 7 – Print de vídeo elaborado para discutir gênero e ciência



Fonte: Produção das autoras, 2019.

A história, bem como a ciência e tantos outros campos de conhecimento, são marcados por um discurso e por autores/pesquisadores, em sua grande maioria, masculinos. A história, a ciência e as descobertas realizadas diariamente por mulheres pesquisadoras permanecem, dessa forma, quase sempre, fora dos currículos escolares. Materiais como este, apresentado no AC, permitem que crianças, jovens, homens e mulheres problematizem os conhecimentos e as aprendizagens feitos a partir de um único ponto de vista, ampliando, portanto, a compreensão sobre a forma como são assumidas determinadas verdades como únicas. Logo, é possível notar, a partir do AC indicado, na figura 36, como a “educação menor age exatamente nessas brechas para, a partir do deserto e da miséria da sala de aula, fazer emergir possibilidades que escapam a qualquer controle.” (GALLO, 2002, p. 175).

Percebemos, nas temáticas que permeiam as propostas nos trabalhos dos/as cursistas, o quanto a educação menor cria espaços e possibilidades nas brechas do currículo instituído em sala de aula, fazendo emergirem práticas e ações que escapam. E é justamente dessas aberturas, criadas a partir desses outros espaços criados nos RED e AC, que localizamos lugares criados dentro dos espaços dos currículos da educação maior, os quais possibilitam práticas de educação menor.

Esses trabalhos se configuram como espaços de luta, espaços para reinvenção, que fazem multiplicar outras possibilidades, para além do proposto nos currículos. Levar, para a sala de aula da educação infantil, a problematização das brincadeiras e das práticas divididas por gêneros, assim como abrir espaço, nas aulas de ciências, para discutir a questões relacionadas a gênero e à produção científica para falar de preconceitos de gênero e sexualidade são formas de desterritorializar os currículos, abrindo possibilidades de aprendizados e de descobertas impensadas (GALLO, 2013a).

Dessa forma, compreendemos, a partir da caminhada apresentada, que:

Um currículo que experimenta é um espaço de habitação, de hospitalidade e de reserva nutritiva. O currículo que deseja fazer do “caos uma estrela dançarina” pode ser, ainda que provisoriamente, uma máquina política e experimental que transforma experiências e leva professor e alunos/as a caminhos novos. Produz metamorfose, produz sentidos, emite signos, pois o professor, ali, também aprende no encontro com as crianças e com os diferentes materiais que busca para trabalhar. (PARAÍSO, 2018a, p. 46).

E percebemos, por meio do espaço criado por esse currículo que experimenta as possibilidades que podem ser acionadas para pensar nos caminhos criados a partir do *contraespaço* do Videocurso, nos currículos escolares, a existência de práticas de educação menor. Essas produzem a desterritorialização de práticas de educação baseadas na heteronormatividade compulsória e no controle dos corpos, desejos e prazeres, acionando o coletivo a partir de suas ramificações políticas para se possibilitar a vivência de uma educação “mais próximo à dinâmica da sexualidade e ao cuidado de si” (BRITZMAN, 2013, p. 108).

(RE)CONHECER PARA MULTIPLICAR

As discussões apresentadas nesse artigo, a partir dos movimentos de análise dos RED e AC, não têm por objetivo se esgotar. Muitas foram as escolhas realizadas nesse percurso para procurar apresentar, mesmo que brevemente, a produção que tem se constituído a partir do *contraespaço* do Videocurso. São esses materiais, entendidos por nós como práticas de educação menor, criações de possibilidades dentro do espaço instituído do currículo escolar da educação maior. Conforme Paraíso (2018b, p. 08), “em um currículo sempre há espaço para encontros que escapam à regulação”. Assim, percebemos, em cada um dos exemplos apresentados, espaços outros que escapam aos avanços do movimento antigênero, o qual quer regular a escola. Foi possível encontrar, nessas práticas, vestígios das multiplicidades pensadas por Foucault e suas heterotopias.

Segundo Gallo, é preciso

Investir na educação como um devir-menor, não como novo modelo a ser instituído. Educação menor como experimentação,

invenção de linhas de fuga na educação maior, instituída. Educação menor como prática de resistência, de acreditar no mundo e na escola, apostando na possibilidade de suscitar acontecimentos. (GALLO, 2015, p. 86).

Entendemos, dessa forma, assim como Gallo pontua, que devemos seguir investindo na criação de *contraespaços* para a discussão da educação para a sexualidade. Fazer dessa discussão mais um conteúdo na estrutura curricular de alguma disciplina pode acabar tirando a potência e a riqueza de possibilidades que permeiam suas temáticas. Defendemos que tais temas devem permear não apenas o currículo, mas as práticas diárias, as relações humanas e o fazer cotidiano da educação, enaltecendo as diferenças como expressão da multiplicidade de possibilidades que permeiam a constituição dos sujeitos, possibilitando acontecimentos, como bem deixa claro o filósofo.

Investimos na produção e na realização do Videocurso e vemos esse trabalho se multiplicar através dos RED e AC. As propostas organizadas pelos/as cursistas, as temáticas escolhidas, o cuidado com as músicas selecionadas, as imagens registradas demonstraram o caráter experimentador dessas produções e possibilitaram outras vivências, outras práticas no espaço instituído da educação maior, fazendo resistência a toda essa trama de relações de poder que permeia o campo educacional brasileiro.

Se as heterotopias “assumem sempre, formas extraordinariamente variadas” (FOUCAULT, 2013, p. 21), podemos localizar suas ramificações junto aos RED e AC que procuramos analisar nesse artigo. São as heterotopias que, em um momento, constituíram-se e, agora, deixam de existir ou se transformam. Heterotopias que justapõem, no espaço da escola, muitos outros espaços, das vivências de gêneros e sexualidades. Heterotopias que acumulam os tempos; heterotopias que recortam os tempos. Heterotopias que abrem, no espaço do currículo escolar, *contraespaços* para falar de temas que, muitas vezes, são considerados marginais, destituídos de sua legitimidade científica.

São esses elementos heterotópicos, (re)conhecidos no *contraespaço* do Videocurso, que compreendemos nas discussões desse artigo, os quais têm feito multiplicar, nos diferentes espaços, possibilidades outras, práticas de educação menor que atuam como “micropolítica, na sala de aula, expressa nas ações cotidianas de cada um.” (GALLO, 2013a, p. 65) dos/as cursistas.

Nesse sentido, a partir da experiência vivenciada no Videocurso, os/as cursistas possibilitaram a entrada das discussões dos temas da educação para a sexualidade no currículo da escola, permitindo, a partir dos RED e dos AC, a vivência de práticas de educação menor que desterritorializam as normas de gênero e de sexualidade “gerando possibilidades de aprendizado insuspeitadas naquele contexto.” (GALLO, 2002, p. 175).

Segundo Foucault, as heterotopias “são a contestação de todos os outros espaços” (2013, p. 28). Portanto, criar heterotopias, na formação de profissionais da educação, tem possibilitado, no espaço da escola, as discussões dos assuntos da educação para a sexualidade, contestando as práticas curriculares que se propõem a disciplinar e controlar os corpos, os gêneros e as sexualidades, contestando os movimentos que tentam cercar seu espaço de discussão e criando caminhos para uma educação menor.

Assim, a partir das análises realizadas, foi possível detectar o valor coletivo das temáticas e propostas dos RED e AC produzidos pelos/as cursistas, que possibilitam a produção de multiplicidades que, rizomaticamente, conectam-se, transformando atos singulares em ações e movimentos coletivos que acionam ações individuais, permitindo a desterritorialização da educação maior.

O movimento de produção dos trabalhos finais questionando questões como a heterossexualidade como único caminho possível para a vivência do desejo e do prazer ou a compreensão do gênero a partir do par homem/mulher, realizados pelos/as cursistas, é uma forma de não apenas possibilitar a discussão de tais questões junto às crianças e jovens, permitindo a desnaturalização de algumas práticas e concepções assumidas como “verdades”, mas um modo de permitir que os próprios processos educativos que permeiam o currículo escolar possam ser questionados e ressignificados.

Pensar em espaços de formação, para profissionais da educação, junto às temáticas da educação para a sexualidade, não são garantia para o desenvolvimento de tais discussões dentro do espaço do currículo escolar. Porém, a partir dos movimentos realizados pelos/as cursistas, na construção e no desenvolvimento de materiais e práticas pedagógicas, como encontrado nos artefatos e nos recursos educativos digitais aqui (re)conhecidos, foi possível perceber o caráter social, cultural e político, criando possíveis, multiplicando o *contraespaço* do Videocurso no espaço da escola. Assumiu-se, dessa forma, a ramificação política que permeia toda prática de educação menor e



desterritorializa o currículo da educação maior, reconhecendo o valor coletivo que perpassam esses trabalhos ao acionarem muitos sujeitos.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Kafka**: Por uma literatura menor. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 411-422. (Ditos e escritos; III).

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico; As heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

GALLO, Sívio. Em Torno de uma Educação Menor. **Educação & Realidade**. v. 27, n. 2, 2002, p. 169-178. ISSN 2175-6236 (online). Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25926/15194>>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

GALLO, Sívio. **Deleuze & Educação**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013a.

GALLO, Sívio. **Em torno de uma educação menor**: variáveis e variações. 36ª Reunião Nacional da ANPEd - 29 de setembro a 02 de outubro de 2013b, Goiânia-GO. 2013b. p. 1-12. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_encomendados/gt13_trabencomendado_silviogallo.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

GALLO, Sívio. Educação Menor: produção de heterotopias no espaço escolar. *In*: GRUPO TRANSVERSAL (Org.). **Educação Menor**: conceitos e experimentações. Curitiba: Appris, 2015a. p. 75-88.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 11-29.

PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. Currículos, Gêneros e sexualidades para fazer a diferença. *In*: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2018. p. 13-21.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan “ideologia de gênero”. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2018a. p. 23-52.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Gênero, sexualidade e heterotopia: entre esgotamentos e possibilidades nos currículos. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa *et al.* **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa(ções) nos espaços de educação**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018b. p. 07-27.

RIBEIRO, Cláudia Maria. Nas tendas da sexualidade e gênero: heterotopias no currículo. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri Rosane Santos da; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente**. Rio Grande: FURG, 2009. p. 67-76.

VIDEOCURSO Educação para a sexualidade. Disponível em: www.videocursoeducacaosexualidade.furg.br. Acesso em: 07 de junho de 2017.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a sexualidade: carregar água na peneira? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri Rosane Santos da; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente**. Rio Grande: FURG, 2009b. p. 85-103.

Recebido em 06 de julho de 2022

Aprovado em 16 de dezembro de 2022